

Campanha em Itapoá encerra com conquistas

Servidores conseguiram ganho real de 1,5% no salário, 5% acima da inflação no vale-alimentação e outros direitos

pág. 3



A categoria comprovou novamente que só a organização possibilita a conquista de direitos

Mala Direta
Básica
9912405031/2016 - DR/SC
SIND SERV MUN JVE
Correios



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

___ / ___ / ___

___ / ___ / ___

RESPONSÁVEL

JULHO DE 2018 | NÚMERO 53 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | www.sinsej.org.br



Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

GREVE TROUXE AVANÇOS

Servidores de Joinville que paralisaram e foram à luta na Campanha Salarial saem mais uma vez com conquista de direitos e sem descontos salariais

pág. 3

Francine Hellmann

Respeito à data-base, com reajuste de 1,69% retroativo a maio de 2018

Alteração na tabela do magistério para contemplar doutorado e ampliar um quinquênio

Extensão da Gratificação de Interiorização aos Agentes Comunitários de Saúde



Movimento demonstrou crescimento da consciência política da categoria

A destruição da educação pública gratuita no Brasil

Ataques à educação, explícitos na Reforma do Ensino Médio, estão chegando aos ensinos Fundamental e Infantil

pág. 4



Temer e o Ministro da Educação, Mendonça Filho, estão aplicando todos os ataques possíveis ao ensino

Acolhimentos aos novos servidores acontece dia 15/8

Atividade discutirá assuntos importantes como estágio probatório, aposentadoria, direitos do funcionário e sindicato

pág. 3

EDITORIAL
ULRICH BEATHALTER

Existe saída para este mundo?

Nos últimos dias, vimos na maior potência econômica do mundo crianças separadas de suas famílias, trancadas em jaulas, sujeitas a torturas físicas e psicológicas. Fora de suas fronteiras, a sanha por manter e ampliar o lucro de suas empresas leva os EUA e os demais países “desenvolvidos” a pilhar os povos pobres do planeta. Pra isso espalham guerras e destruição pelo mundo todo. Às crianças enjauladas em solo americano somam-se as crianças, mulheres, idosos, jovens e trabalhadores brutalmente assassinados diariamente na Síria, no Iraque, no Afeganistão, na África... São mais de 60 guerras acontecendo nesse momento em diferentes pontos do planeta. Pra completar, atingimos o recorde de 68,5 milhões de refugiados. É a maior tragédia humanitária da história. Nunca antes tantas pessoas foram expulsas de seus lares – afugentadas pela fome, pela guerra, pelo desemprego. Violência sem fim.

Paradoxalmente, é possível, hoje, resolver a maioria dos problemas da população mundial. É perfeitamente possível, na atualidade, se se utilizar todos os recursos humanos, tecnológicos e científicos disponíveis, acabar definitivamente com a fome, com a miséria, curar a maioria das doenças, prover um lar para todas as pessoas, distribuir o trabalho de forma que ninguém fique desempregado... Porém, enquanto a terra, as fábricas e, portanto, toda a capacidade de produzir alimentos ou produtos para a necessidade das pessoas, continuar sendo propriedade de alguns poucos, jamais se poderá resolver os problemas das pessoas. Grandes empresas não são criadas para satisfazer necessidades dos seres huma-

nos. São criadas para gerar lucro para seus acionistas. E, para garantir e aumentar o lucro, capitalistas não se importam em misturar papelão na nossa carne, formol no leite estragado que vão vender para bebermos, despejar veneno sem fim nas lavouras que produzem o nosso alimento.

Quando eles falam em “crise”, querem nos convencer de que temos que fazer mais sacrifícios. Nos convencem a reduzir salários, tirar benefícios, destruir a aposentadoria, ficar sem atendimento nos serviços públicos. Enquanto isso, ano a ano algumas famílias vão ficando mais ricas. Os bilionários da atualidade vivem numa suntuosidade, desfrutam luxos que nem os maiores reis da história sonharam viver. É esse o mundo que desejamos? É isso que a história reserva para o conjunto da humanidade?

É preciso revolucionar esse sistema. Não há saída para o conjunto da população enquanto nosso futuro depender da necessidade de lucro de uma minoria. Chega de abrimos mão de direitos. Chega de nos contentar com migalhas. Chega de conviver com a dor, a miséria e o sofrimento de milhões de irmãos e irmãs. Chega de conviver com doenças que deveriam estar extintas há séculos, mas que enquanto persistem enriquecem uma máfia da indústria farmacêutica e hospitalar.

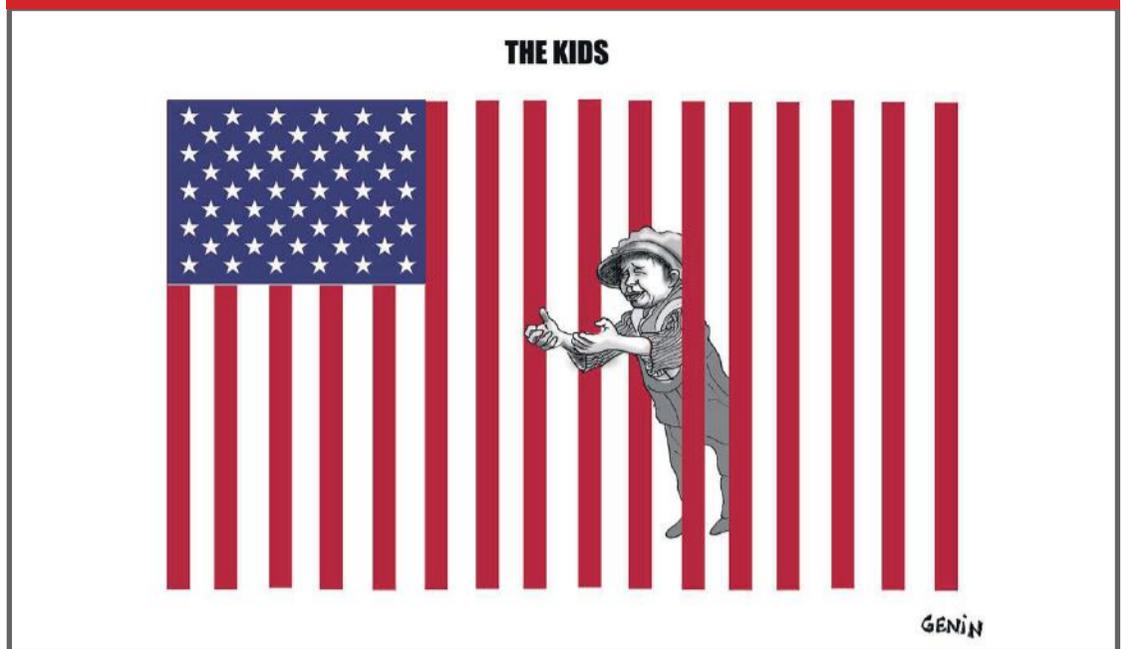
Ajudamos a construir um mundo novo sempre que resistimos em cada situação. Quando coletivamente lutamos pela defesa do serviço público. Quando lutamos pelos nossos direitos e apoiamos a luta de todos os oprimidos do mundo. Que possamos deixar um mundo diferente para as futuras gerações.

Divulgação



A humanidade vive hoje uma das piores crises da história

CHARGE - GENIN



CURTAS

Envie pautas para jornalismo@sinsej.org.br

Aline Seitenfus

Falta de seringas nos postos

Servidores de Joinville têm denunciado falta de seringas de 3 ml para vacinação. A orientação do governo é que utilizem a seringa de 1 ml, a mesma usada para aplicação de insulina. Porém, de acordo com os profissionais, esse instrumento é mais fino e não tem precisão exata, o que pode ser um problema principalmente com crianças. O Sinsej reitera o posicionamento dos servidores de não colocar a população em risco realizando as vacinações sem material adequado. Essa é uma responsabilidade da Prefeitura que não pode ser atribuída aos trabalhadores.

Orientadores e supervisores

Todos os orientadores e supervisores da educação de Joinville estão convocados a participar de uma reunião com os diretores do sindicato, no dia 7 de agosto, às 19 horas, no auditório do Sinsej. Nela, serão discutidas as atribuições dos cargos e outros problemas enfrentados por esses profissionais.

Odonto sem material

O setor de saúde bucal da ESF em Joinville está parado por falta de material. Servidores de diversas unidades denunciam falta de resinas, toucas e agulhas. Já faz

IMAGEM DE DESTAQUE



Primeira paralisação do ano

Milhares de servidores de Joinville deram largada às mobilizações da Campanha Salarial 2018 em 30 de maio, paralisando seus trabalhos. Este dia, assim como 21 de junho, foram abonados.

quase um mês que consultas estão sendo remarcadas por negligência da Prefeitura.

Equipes desfalcadas

Há falta de pessoal em todos os setores do município. Servidores são transferidos o tempo todo, quando novas contratações deveriam ser feitas. É o caso do Posto Aventureiro III, inaugurado em 27 de junho. Para que três equipes fossem formadas, metade dos agentes comunitários de saúde (ACSs) do Posto Aventureiro II foi transferida. Ainda assim, mesmo com os quatro servidores

deslocados, duas equipes ficaram com apenas um ACS. Em várias equipes faltam profissionais como técnicos, médicos e até mesmo agentes administrativos.

Outro problema é a quantidade de técnicos por equipe. Apesar do Ministério da Saúde preconizar que só é necessário um técnico por equipe, a prática em Joinville sempre foi de colocar dois funcionários desse setor para melhor atender a comunidade. Os técnicos realizam procedimentos como vacinação e curativos, porém, para que não haja contaminação, é expressamente proibido a um técnico realizar as duas atividades no mesmo período. Ou seja, com apenas um técnico um atendimento ou outro estará sempre fechado. Quem perde com isso é a comunidade.

Campanha Salarial de Joinville

Greve trouxe avanços e não haverá descontos

Em 26 de junho os servidores encerraram a Campanha Salarial 2018, após a realização de uma greve de quatro dias, que conquistou direitos e demonstrou novamente a consciência de luta da categoria.

Desde o mês de março foram realizadas seis rodadas de negociações, sem avanços. O prefeito Udo Döhler se limitou a oferecer a inflação (1,69%) e somente em agosto – sem respeitar a data-base em maio. Além disso, acentuava o assédio moral, as intimidações e ameaças.

Os trabalhadores realizaram paralisações e, em 15 de junho, decidiram entrar em greve. O movimento começou dia 18 e foi encerrado em 21 de junho.

Greve durou quatro dias

Com a paralisação dos trabalhos por tempo indeterminado a Prefeitura melhorou sua proposta. Em 21 de junho, o Comando de Greve avaliou que os avanços ainda eram pequenos, mas eram positivos e proporcionais ao número de trabalhadores em greve. Diante disso, essa instância decidiu levar à assembleia geral a proposta de encerramento do movimento, que foi aceita por maioria.

Para o Sinsej, é importante frisar a consciência e a democracia com que essa decisão foi tomada. A cada greve tem crescido o número de servidores que se engajam nos comandos, opinam abertamente nas reuniões e votam com propriedade. Essa elevação de qualidade da discussão política entre os trabalhadores é o maior ganho de qualquer movimento e certamente se re-

verterá em quantidade no próximo período.

Conquistas

* Respeito à data-base, com reajuste de 1,69% retroativo a maio de 2018.

* Reajuste do vale-alimentação, passando dos atuais R\$ 296,75 para R\$ 310, também retroativo a maio de 2018.

* Criação de mais um nível de progressão por acesso na carreira do magistério, contemplando a possibilidade de doutorado.

* Criação de mais um nível de progressão por antiguidade para o magistério, ampliando em um quinquênio no final da carreira.

* Extensão da Gratificação de Interiorização aos Agentes Comunitários de Saúde (que varia entre R\$ 83 a R\$ 147).

* Retorno do abono natalino, direito estatutário que o governo suspendeu há três anos.

* Extensão aos servidores temporários dos períodos de licença aplicáveis aos servidores estatutários (paternidade – 20 dias, falecimento – oito dias, casamento – oito dias, doação voluntária de sangue – um dia a cada seis meses).

Dias paralisados

Os servidores saem mais uma vez sem nenhum prejuízo na carreira ou desconto salarial. As paralisações de 30 de maio e de 21 de junho foram abonadas. O restante do período parado poderá ser reposto em até 90 dias, a partir da aprovação do projeto (fique atento ao site do Sinsej). Além disso, horas paradas não repostas de 2017 poderão ser recuperadas no mesmo período.

Kályta Morgana de Lima



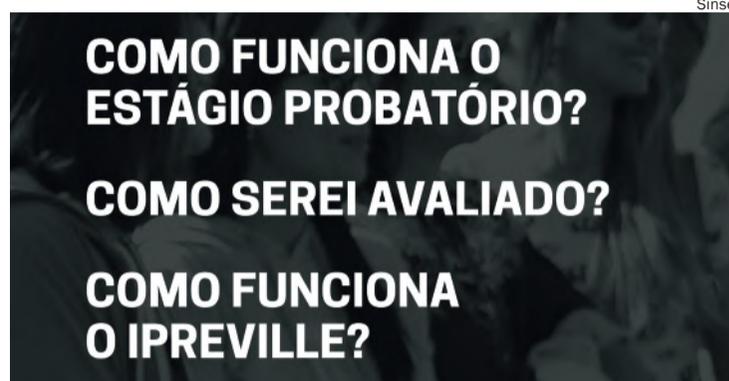
Os quatro dias de greve demonstraram consciência e maturidade da categoria, que resultaram em importantes conquistas

Acolhimento de novos servidores

JOINVILLE - O Sinsej realizará, em 15 de agosto, às 19 horas, uma palestra de acolhimento para os ingressantes no serviço da Prefeitura de Joinville. Uma estimativa do sindicato apurou que nos últimos três anos mais de 2 mil novos servidores foram efetivados. Esse contingente significa uma renovação de quase 20% do quadro.

Essa quantidade volumosa de trabalhadores ingressa justamente no momento em que a categoria sente o reflexo das políticas de austeridade implantadas pela Prefeitura, como a suspensão da licença-prêmio e os parcelamentos das contribuições patronais para o Ipreville.

No dia a dia do sindicato, são recorrentes as dúvidas relacionadas à aposentadoria, estágio probatório, avaliação de desempenho, transferências e carreira. Uma clara confusão entre o nosso regime estatutário



Atividade de acolhimento é oportunidade para tirar dúvidas e entender melhor sobre os principais direitos do servidor

rio e o regime celetista é constantemente percebida. Além disso, sempre surgem dúvidas sobre o direito de greve, muitas vezes fomentadas pelas próprias chefias como forma de prejudicar os movimentos.

Por conta disso, a direção do Sinsej avalia que se faz necessário promover uma atividade que esclareça os novos servidores sobre seus direitos, a respeito da relação entre os

trabalhadores e a Prefeitura, bem como da importância da organização sindical.

A atividade acontecerá no auditório do Sinsej. Os interessados – sejam ingressantes ou efetivos mais antigos – devem se inscrever previamente. A assessoria jurídica do sindicato participará da palestra e a entidade estará aberta para visita-ção daqueles que ainda não conhecem nossa sede.



Categoria aprovou a proposta da Prefeitura e encerrou a Campanha Salarial 2018

Itapoá conquista ganho real

ITAPOÁ - No dia 20 de junho os servidores encerraram a Campanha Salarial 2018. As conquistas obtidas foram resultado da capacidade de organização e luta da categoria.

No início da mobilização, Marlon Neuber se negava a negociar e apresentou uma proposta muito insuficiente aos trabalhadores. Diante disso, os servidores realizaram uma paralisação e conseguiram abrir a mesa de negociação, com a presença do prefeito.

Já na primeira reunião, Marlon cedeu, concedendo: ganho real no vale-alimentação, subindo o ganho real nos salários de 1% prometido inicialmente para 1,5% e concordando com

a adequação das lotações no Estatuto dos Servidores. Para o presidente do Sinsej, Ulrich Beathalter, este resultado demonstra novamente aos servidores de Itapoá que a organização e a luta conquistam direitos. “A categoria segue fortalecida para buscar novas conquistas, como é o caso do Plano de Cargos, Carreiras e Salários”.

Confira os avanços

* Inflação na data-base.

* Ganho real de 1,5%.

* Inflação mais 5% de ganho real no vale-alimentação.

* Adequação das lotações no Estatuto dos Servidores.

* Licença-paternidade de 20 dias.

Pela liberdade de expressão

JOINVILLE - O prefeito Udo Döhler está dando mais provas da institucionalização do assédio moral. Com uma insensibilidade tamanha para com a história das unidades educacionais, o governo ameaçou com processo administrativo todos os servidores que mantiverem blog, perfil ou página de rede social, bem como qualquer outro site com caráter institucional. Há anos CEIs e escolas mantêm meios onde expõem práticas educacionais, trabalhos com alunos e premiações. Existem várias maneiras de gerir a comunicação da Prefeitura com responsabilidade sem deixar de respeitar a autonomia das comunidades escolares. Medidas como essa não são isoladas nessa gestão. Há vários casos de trabalhadores punidos por postarem em suas próprias redes sociais sobre as condições de atendimento e trabalho. O Sinsej repudia essa atitude da Prefeitura e aconselha o servidor a estar atento a práticas como essas.

Ataques à educação avançam

Base Nacional Comum Curricular, Reforma do Ensino Médio e cortes de investimentos estão destruindo a escola pública

Ao longo das últimas décadas a legislação brasileira em relação à educação vem sendo adequada aos interesses do sistema capitalista para ampliar a exploração dos trabalhadores no país. Em 2017, Temer aprovou a Reforma do Ensino Médio, materializando o grande ataque que vinha sendo preparado para essa etapa da educação. Agora, a ofensiva avança perigosamente sobre o Ensino Fundamental e a Educação Infantil. É função do movimento dos trabalhadores compreender esse processo e se preparar para resistir ao que está por vir.

Flexibilização

O conceito de flexibilização do ensino já estava presente desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. Essa ideia perpassou todo o Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, e agora aparece explícita na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cujas etapas dos ensinos Infantil e Fundamental foram aprovadas no fim de 2017 e a do Ensino Médio está em vias de aprovação.

Durante muito tempo, o discurso de flexibilizar seduziu profissionais e até mesmo o movimento sindical. Parecia democrático, passava a impressão de respeitar a autonomia das comunidades escolares, a pluralidade, o direito de escolha dos estudantes. No entanto, essa interpretação foi um erro que atrasou em muito a luta do movimento sindical contra a precarização do ensino.

No Portal do MEC, está escrito: “Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o Ensino Médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes



Tomando o Ensino Médio como referência, é possível prever o que a flexibilização proposta na BNCC e os cortes de investimentos causarão às demais etapas da Educação Básica em um futuro próximo

à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho”. A verdade, porém, é que existe uma distância muito grande entre o que o governo fala e o que está realmente sendo implementado com essa Reforma: diminuir o número de matérias que o Estado é obrigado a ofertar, permitir que 40% das disciplinas sejam cursadas a distância, desobrigar a formação adequada para lecionar, possibilitar a terceirização e a privatização de disciplinas, repassar cada vez mais dinheiro público aos empresários da educação privada, entre outros problemas.

Falta de investimentos

Hoje, as condições da escola pública já deixam muito a desejar e os números provam que a intenção não é melhorar essa situação. Com a aprovação da PEC do Teto de Gastos em 2016, os investimentos públicos foram congelados por

20 anos. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de abril de 2018, mostram que os gastos públicos atingiram o menor nível em 50 anos. Na Educação, o investimento caiu 66% nos últimos cinco anos, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional. Em pouco tempo, os efeitos desses cortes e das legislações que os acompanham chegarão às demais etapas de ensino.

Competências

A BNCC, aprovada apenas para os ensinos Fundamental e Infantil por enquanto, foca em dez “competências”, que devem estar presentes no tratamento didático das três etapas da educação. Esse conceito, na prática, significa que a escola deixará de ser um ambiente de socialização do conhecimento humano para tornar-se um mero lugar de capacitação em determinadas áreas. Isso é muito mais barato e é jus-

tamente a demanda do capital financeiro. Em 2010, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou um documento sobre o que queria da formação da força de trabalho no Brasil: “A educação básica é a base do processo da formação de recursos humanos. Para aprender uma profissão e acompanhar mudanças tecnológicas é preciso que se tenha adquirido uma boa capacidade de leitura, matemática, de interpretação e de raciocínio lógico”. Essa visão da CNI está alinhada com outros organismos internacionais, como Banco Mundial.

Em entrevista ao portal EP-SJV/Fiocruz, o doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Allan Kenji, que estuda a atuação dos grupos empresariais na educação e sua vinculação com o capital financeiro, explica: “Estão adequando a educação

ao tipo de lugar que foi determinado para o Brasil no mundo. O que a CNI está demandando em termos educacionais hoje pra formação da força de trabalho? Saber ler e escrever e saber que se eu solto um objeto ele cai no chão”. Para ele, isso significa que um jovem pode se formar no Ensino Médio sem jamais ter lido um único livro clássico da literatura brasileira, porque sai com competência linguística e isso basta.

A forma de aplicação pedagógica das competências traçadas também é completamente flexibilizada. Tomando o Ensino Médio como referência, é possível prever o que isso causará às demais etapas da Educação Básica em um futuro próximo.

A tarefa do movimento organizado dos trabalhadores é compreender o projeto de destruição da educação pública que está em curso, construir as bases para a derrubada de todas as reformas e do capitalismo.



www.sinsej.org.br

www.sinsej.org.br/blog

sinsej@sinsej.org.br

Facebook: Sinsej

DIREÇÃO

Ulrich Beathalter
Presidente

Mara Lúcia Tavares
Secretária Geral

Flávia Antunes
Tesoureira

Josiano Godoi

Secretário de Comunicação

João Batista Verardo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Marcio Avelino do Nascimento

Secretário de Formação Sindical

Antonio Félix Mafra

Secretário de Patrimônio

Edson Tavares

Diretor Sindical

Ninon da Rosa Peres

Diretora Sindical

Deise Regina Pereira de Lima

Diretora Sindical

ELABORAÇÃO

Francine Hellmann
Jornalista - MTB 4946/SC

Aline Seitenfus
Kályta Morgana de Lima